

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006726-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Eliana Aparecida Chiusoli**
 Requerido: **Seguradora Lider Dpvt**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança de seguro **DPVAT c.c. DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL**, ajuizada por **ELIANA APARECIDA CHIUSOLI** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, partes já qualificadas nos autos em epígrafe.

Aduz a autora, em síntese, que teve indeferido seu pleito administrativo, em virtude de não ter demonstrado a condição de dependente de seu falecido companheiro. Ponderou que na sequência ajuizou ação declaratória de reconhecimento e dissolução de união estável. Seu companheiro faleceu em virtude do acidente automobilístico. Sustentou que apenas seus filhos, havidos de sua união com o falecido, receberam o valor do seguro, no percentual de 50%. Assim, argumentou que faz jus ao recebimento do valor de R\$ 6.750,00. Pediu a procedência da demanda com a declaração incidental da existência da união estável e a condenação da Seguradora ao pagamento da quantia acima mencionada. Juntou documentos às fls.07/19 e fls. 21/24 (Boletim de Ocorrência).

Benefício da gratuidade judicial deferido à fl. 25. Na mesma ocasião a exordial foi recebida apenas como **COBRANÇA**.

Devidamente citada (fl.29) a requerida apresentou

1006726-65.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contestação às fls.30/39 alegando preliminarmente a ilegitimidade ativa da requerente, uma vez que não comprovou sua condição de beneficiária do seguro, ou seja, a união estável com o falecido. No mais, rebateu a questão dos juros de mora e dos honorários advocatícios. Culminou por pedir a total improcedência do pedido contido na portal.

As fls. 97/99 a autora encartou sentença onde foi reconhecida sua união estável com o falecido, com certidão de trânsito em julgado.

Instadas a produção de provas, a autora pediu o julgamento no estado e a Seguradora pleiteou audiência de instrução para o depoimento pessoal da autora.

Pelo despacho de fls. 110 o depoimento pessoal da autora foi indeferido.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, sendo desnecessária dilação probatória, tendo em vista que se trata de matéria de direito e os fatos encontram-se comprovados pelos documentos acostados nos autos, os quais se mostram suficientes para o deslinde da demanda, de conformidade com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

A união estável entre a autora e o “de cujus” foi reconhecida judicialmente (v. documentação encartada as fls. 97/99); assim, está caracterizada a legitimidade ativa da autora para o ajuizamento da ação.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, a indenização havia sido negada pela seguradora, apenas a pretexto da ausência de documentos hábeis a comprovar da união estável.

No mérito, a pretensão é **procedente**.

São as seguintes as hipóteses albergadas pelo seguro obrigatório - (DPVAT): a) **morte**; b) invalidez permanente e; c) nos casos de despesas com assistência médica e suplementares, por pessoa vítima, prescrevendo os valores nos incisos do art. 3º da Lei 6.194/74 (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

Nos autos está cabalmente provado o nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e o falecimento de JOSÉ CLÁUDIO BLASK (atropelamento – documentos de fls. 21/24).

Incontroverso, ainda que a autora mantinha uma união estável com o Sr. José Cláudio Blask, conforme sentença que reconheceu tal “status” (fls. 97/99).

Assim, é de rigor o pagamento almejado.

Nesses termos:

COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) Acidente de trânsito com evento morte - Pretensão da companheira da vítima, falecida em decorrência de acidente de trânsito, ao recebimento de indenização Autora que demonstrou sua condição de companheira detendo, portanto, a qualidade para integrar o polo ativo da demanda Inocorrência de danos morais. Sentença de parcial procedência mantida. Recursos desprovidos. (TJSP; Apelação 1021298-38.2016.8.26.0562; Relator (a): Claudio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 8ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/08/2017; Data de Registro: 21/08/2017).

Extraí-se dos autos, que o “de cujus” teve com a autora três filhos: PALOMA APARECIDA BLASK, BRUNO APARECIDA BLASK, PAULO APARECIDO BLASK E MARISA APARECIDA BLASK, conforme certidão de óbito encartada a fls. 12; tais descendentes já receberam indenização do seguro DPVAT na proporção de 50%., sendo certo que a autora também faz jus ao recebimento de parte do prêmio da indenização, nos termos do art.792 do Código Civil:

Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Em relação à correção monetária do pagamento do seguro deve ser aplicada a Súmula 580 do STJ “*a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7, artigo 5º da lei 9.194/74, redação dada pela lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso*”. Ao passo que os Juros a partir da citação (súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar a ré a pagar à autora a indenização pelo seguro obrigatório DPVAT no valor de 50% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

O valor deverá ser corrigido monetariamente, desde a data do evento danoso, nos termos da tabela do TJSP e com juros de 1% ao mês, da citação até a data do pagamento. Por consequência, dou o por resolvido o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em razão da sucumbência, condeno a ré a arcar com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte autora, que ora fixo em 10% sobre o valor total da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**